

SIMULADO GRATUITO **TJ-PE**

TÉCNICO JUDICIÁRIO
FUNÇÃO ADMINISTRATIVA



Estratégia
CONCURSOS

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Você recebeu este PDF contendo sua folha de respostas e 50 questões objetivas com cinco alternativas. As questões da prova de Conhecimentos Gerais valerão 0,75 pontos por questão; já as de Conhecimentos Específicos valerão 1,25 pontos por questão.
- II. Resolva a prova entre 8h30 e 12h30. A duração da prova, portanto, é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas. Após resolver o simulado, visite o site do Estratégia ou abra sua caixa de email, para acessar o link do preenchimento do cartão-respostas eletronicamente, até às 13h30.
- III. Se você pular ou deixar de resolver algumas questões, não precisa preenchê-las no cartão-respostas.
- IV. Assim que você terminar de preencher o cartão-resposta eletrônico, o sistema vai mostrar a sua nota.
- V. O ranking será divulgado no mesmo dia a partir de 18h, no site do Estratégia Concursos.

Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico www.estrategiaconcursos.com.br, no mesmo dia da aplicação, a partir das 14h (quatorze horas).

Boa prova!

Participando do simulado e preenchendo o formulário de respostas, sua pontuação integrará todos os rankings automaticamente. Desta forma, se você ainda não conseguiu estudar todo o edital do TJ-PE, você pode verificar como está seu rendimento no ranking.

DESTAQUE AQUI

NOME:

ASSINATURA DO CANDIDATO:

INSCRIÇÃO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Conhecimentos Gerais**Português**
Prof. Rafaela Freitas**Texto I****Contrato de casamento**

Na semana passada comemorei trinta anos de casamento. Recebemos dezenas de congratulações de nossos amigos, alguns com o seguinte adendo assustador: "Coisa rara hoje em dia". De fato, 40% de meus amigos de infância já se separaram, e o filme ainda nem terminou.

Pelo jeito, estamos nos esquecendo da essência do contrato de casamento, que é a promessa de amar o outro para sempre. Muitos casais no altar acreditam que estão prometendo amar um ao outro enquanto o casamento durar. Mas isso não é um contrato. Recentemente, vi um filme em que o mocinho terminava o namoro dizendo "vou sempre amar você", como se fosse um prêmio de consolação.

Banalizamos a frase mais importante do casamento. Hoje, promete-se amar o cônjuge até o dia em que alguém mais interessante apareça. "Eu amarei você para sempre" deixou de ser uma promessa social e passou a ser simplesmente uma frase dita para enganar o outro. Contratos, inclusive os de casamento, são realizados justamente porque o futuro é incerto e imprevisível. Antigamente, os casamentos eram feitos aos 20 anos de idade, depois de uns três anos de namoro. A chance de você encontrar sua alma gêmea nesse curto período de pesquisa era de somente 10%, enquanto 90% das mulheres e homens de sua vida você iria conhecer provavelmente já depois de casado. Estatisticamente, o homem ou a mulher "ideal" para você aparecerá somente, de fato, depois do casamento, não antes. Isso significa que provavelmente seu "verdadeiro amor" estará no grupo que você ainda não conhece, e não no grupinho de cerca de noventa amigos da adolescência, do qual saiu seu par.

E aí, o que fazer? Pedir divórcio, separar-se também dos filhos, só porque deu azar? O contrato de casamento foi feito para resolver justamente esse problema. Nunca temos na vida todas as informações necessárias para tomar as decisões corretas. As promessas e os contratos preenchem essa lacuna, preenchem essa incerteza, sem a qual ficaríamos todos paralisados à espera de mais informação.

Quando você promete amar alguém para sempre, está prometendo o seguinte: "Eu sei que nós dois somos jovens e que vamos viver até os 80 anos de idade. Sei que fatalmente encontrarei centenas de mulheres mais bonitas e mais inteligentes que você ao longo de minha vida e que você encontrará dezenas de homens mais bonitos e mais inteligentes que eu. É justamente por isso que prometo amar você para sempre e abrir mão desde já dessas dezenas de oportunidades conjugais que surgirão em meu futuro. Não quero ficar morrendo de ciúme cada vez que você conversar com um homem sensual nem ficar preocupado com o futuro de nosso relacionamento. Nem você vai querer ficar preocupada cada vez que eu conversar com uma mulher provocante. Prometo amar você para sempre, para que possamos nos casar e viver em harmonia".

Homens e mulheres que conheceram alguém "melhor" e acham agora que cometeram enorme erro quando se casaram com o atual cônjuge esqueceram a premissa básica e o espírito do contrato de casamento. O objetivo do casamento não é escolher o melhor par possível mundo afora, mas construir o melhor relacionamento possível com quem você prometeu amar para sempre. Um dia vocês terão filhos e ao colocá-los na cama dirão a mesma frase: que irão amá-los para sempre. Não conheço pais que pensam em trocar os filhos pelos filhos mais comportados do vizinho. Não conheço filho que aceite, de início, a separação dos pais e, quando estes se separam, não sonhe com a reconciliação da família. Nem conheço filho que queira trocar os pais por outros "melhores". Eles aprendem a conviver com os pais que têm.

Casamento é o compromisso de aprender a resolver as brigas e as rugas do dia-a-dia de forma construtiva, o que muitos casais não aprendem, e alguns nem tentam aprender. Obviamente, se sua esposa se transformou numa megera ou seu marido num monstro, ou se fizeram propaganda enganosa, a situação muda, e num próximo artigo falarei sobre esse assunto. Para aqueles que querem ter vantagem em tudo na vida, talvez a saída seja postergar o casamento até os 80 anos. Aí, você terá certeza de tudo.

Disponível em: <http://blog.kanitz.com.br/contrato-casamento/>

1. O texto é um artigo de opinião no qual Stephan Kanitz defende seu posicionamento com relação ao tema. Pode ser entendida como a tese do autor o que se encontra na alternativa:

a) como os casamentos antigamente eram feitos aos 20 anos, a chance do amor de nossas vidas ficar perdido era grande.

b) a promessa de amar o outro até que apareça alguém melhor e, então, pedir o divórcio é a realidade dos jovens atuais.

c) o casamento não é um compromisso judicial, é possível abrir mão dele sem maiores problemas.

d) estamos nos esquecendo da essência do que é um contrato de casamento: amar um ao outro para sempre, não enquanto o casamento durar ou até aparecer alguém melhor, mais atraente.

e) cada um deve avaliar a sua situação. Casos de "megerice" ou de "mostruosidades" devem ser avaliados individualmente.

2. De acordo com as ideias do texto I, avalie as alternativas a seguir:

I. Segundo dados estatísticos, a chance de alguém encontrar a sua alma gêmea até os vinte anos é de apenas 10%.

II. O mais honesto seria não prometer, na hora do casamento, que amará o cônjuge para sempre.

III. O casamento é visto como o compromisso de aprender a resolver construtivamente as brigas e as rugas do dia-a-dia.

Está(ão) correta(s):

a) apenas a III.

b) apenas a I.

c) apenas I e III.

d) apenas I e II.

e) todas das afirmativas.

3. A forma pela qual as palavras e expressões se relacionam no texto é que determina a construção de sentido. Sendo assim, a expressão destacada em "Não quero ficar morrendo de ciúme cada vez que você conversar com um homem sensual" expressa relação de:

a) condicionalidade.

b) temporalidade.

c) causalidade.

d) alternância.

e) proporcionalidade.

4. Analise as afirmativas quanto aos aspectos gramaticais:

I. No trecho "De fato, 40% de meus amigos de infância já se separaram, e o filme ainda nem terminou.", há um erro de uso da vírgula antes da conjunção "e".

II. Sem que haja inadequação gramatical, o trecho "Pelo jeito, estamos nos esquecendo da essência do contrato de casamento..." poderia ser reescrito da seguinte maneira: Pelo jeito, estamos esquecendo a essência do contrato de casamento...

Está(ão) correta(s):

a) apenas a II.

b) apenas a I.

c) apenas I e II.

d) nenhuma das afirmativas.

e) as duas afirmativas.

5. Releia o trecho:

"Homens e mulheres que conheceram alguém "melhor" e acham agora que cometeram enorme erro quando se casaram com o atual cônjuge esqueceram a premissa básica e o espírito do contrato de casamento. O objetivo do casamento não é escolher o melhor par possível mundo afora, mas construir o melhor relacionamento possível com quem você prometeu amar para sempre. Um dia vocês terão filhos e ao colocá-los na cama dirão a mesma frase: que irão amá-los para sempre. Não conheço pais que pensam em trocar os filhos pelos filhos mais comportados do vizinho. Não conheço filho que aceite, de início, a separação dos pais e, quando estes se separam, não sonhe com a reconciliação da família. Nem conheço filho que queira trocar os pais por outros "melhores". Eles aprendem a conviver com os pais que têm".

Os termos destacados são, respectivamente:

a) pronome relativo, conjunção integrante e artigo indefinido.

b) pronome relativo, pronome relativo e artigo indefinido.

c) conjunção integrante, pronome relativo e preposição.

d) pronome relativo, pronome demonstrativo e pronome indefinido.

e) conjunção integrante, conjunção integrante e artigo definido.

Texto II

terça-feira, 22 de junho de 2010

"O Contrato do Casamento"

O email caiu na caixa de entrada com a mesma naturalidade dos mails de cem releases, correntes, mensagens, notícias e problemas diários que caem todos os dias. Confesso que o que me chamou atenção não foi o título do email: O Contrato do Casamento, mas sim, o remetente que me enviou.

Pulei do cabeçalho "Casamento é o compromisso de aprender a resolver as brigas e as rusgas do dia-a-dia de forma construtiva, o que muitos casais não aprendem, e alguns nem tentam aprender" ao rodapé "Ponto de vista: Stephen Kanitz (Revista Veja, Edição 1873. 29 de setembro de 2004".

Fui ao Google me informar melhor sobre quem é Stephen Kanitz. Antes de ler qualquer linha, a fotinha que apareceu me ligou imediatamente o nome a quem é a pessoa. Acho que até hoje, ele publica artigos quinzenais na Veja, geralmente sobre economia. É um cara analítico e cheio de margens percentuais. Não gosto.

(...)

Passei os olhos, comecei a ler. A promessa de "vou sempre amar você" me chamou a atenção. Quem sabe, ali, no meio do texto, o economista não me apresentasse soluções estatísticas sobre o amor. Pois mal. "Banalizamos a frase mais importante do casamento. Hoje, promete-se amar o cônjuge até o dia em que alguém mais interessante apareça", de certo que sim. A independência não nos faz repensar a convivência.

Depois, vem a frase mais sensata do texto:

Nunca temos na vida todas as informações necessárias para tomar as decisões corretas.

(...)

Assinar um contrato prometendo amor eterno no sentido de convivência pelo resto da vida, é abrir mão do próprio amor. Mas, eu posso estar errada, Stephen Kanitz deve ter hoje 36 anos de casado, dez anos a mais do que eu tenho vida.

Quando se casa por amor, não se deixa de amar o ex nem com a separação. O ex é eterno. Quando se tem filhos, mais eterno ainda. Aliás, nem com alguns filhos, nem com alguns pais, nem com alguns irmãos, a gente é obrigado a conviver bem. E isso não quer dizer que não ame. E isso não tem nada a ver com o amor. Amar por um instante é amar pra sempre. Deixar de amar é uma contradição. Agora, confundir o amor com a obrigação da convivência eterna é tentar assassiná-lo.

Larissa Araújo. Disponível em:

<http://larissaraujo.blogspot.com.br/2010/06/o-contrato-do-casamento.html>

6. Com relação ao texto I, a autora do texto II:

a) concorda em todos os aspectos.

b) concorda em partes, já que acredita que a obrigação da convivência eterna é favorável ao amor.

c) traz novos dados estatísticos que comprovam a veracidade do que foi discutido por Kanitz.

d) opta por não seguir a mesma temática.

e) faz uma apreciação do assunto abordado por Kanitz e pondera sobre abrir mão do próprio amor ao assinar um contrato prometendo amor eterno no sentido de convivência pelo resto da vida.

7. Há uma relação entre os textos I e II quanto:

a) à oposição temática.

b) ao conteúdo apenas, pois cada um reproduz um tipo textual.

c) à tipologia textual (narrativo) apenas.

d) ao tipo de texto (argumentativo) e quanto ao tema proposto.

e) a aspectos semânticos e estatísticos.

8. Julgue os itens a seguir:

I. No trecho "Assinar um contrato prometendo amor eterno no sentido de convivência pelo resto

da vida, é abrir mão do próprio amor”, temos quatro orações.

II. Em “Agora, confundir o amor com a obrigação da convivência eterna é tentar assassiná-lo”, o termo “lo” refere-se a “amor”.

III. Em “Passei os olhos, comecei a ler.”, a vírgula poderia ser substituída por “e”.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas a I.
- b) apenas a III.
- c) apenas I e II.
- d) apenas I e III.
- e) todas das afirmativas.

9. Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa que não apresenta erro de crase.

- a) Referindo-se à todos os médicos de plantão, o paciente foi ríspido.
- b) Compete à médicos verificar os prontuários.
- c) Prestar auxílio à enfermeiras não é dever dos médicos.
- d) Visando à vaga, o enfermeiro fez a denúncia.
- e) À empresa de vigilância é contratada pelo hospital.

10. Com relação às novas regras de acentuação ortográfica, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F)

() a palavra "linguiça" pode receber trema facultativamente.

() a palavra "heroi" deixou de ser acentuada por possuir um ditongo aberto “oi”.

() a palavra "autoestima" passou a ser grafada sem hífen.

() a palavra "microondas" perdeu o uso do hífen.

- a) F – V – V – F
- b) V – F – V – F
- c) F – F – V – F
- d) V – V – V – F
- e) F – F – F – F

Raciocínio Lógico
Prof. Arthur Lima

11. Eduardo pretende realizar a prova do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Para realizar a viagem até a cidade de Recife, ele resolveu poupar dinheiro todo dia, começando em 9 de setembro de 2017. Neste dia ele vai poupar 1 real, colocando este valor em seu cofre. A partir do dia seguinte, Eduardo vai sempre poupar o dobro do dia anterior e guardar no cofre. Desta forma, após 12 dias de poupança, o valor acumulado por ele estará entre:

- a) R\$1.000 e R\$2.000
- b) R\$2.000 e R\$3.000
- c) R\$3.000 e R\$4.000
- d) R\$4.000 e R\$5.000
- e) R\$5.000 e R\$6.000

12. Um grupo de candidatos do Concurso TJPE foi entrevistado a respeito da sua formação acadêmica, e o resultado foi o seguinte: 85 são formados em Nutrição, 52 em Música e 65 em Geografia. Sabe-se ainda que 38 se formaram em Nutrição e Geografia, 20 se formaram em Música e Geografia, e 42 se formaram em Nutrição e Música. Sabe-se ainda que 18 pessoas se formaram nestes três cursos. Se apenas 10 dos candidatos entrevistados não possuem formação em qualquer dos cursos citados anteriormente, então o total de pessoas entrevistadas foi igual a:

- a) 90
- b) 100
- c) 110
- d) 120
- e) 130

13. Os números 2, 3, -6, 5, 18, 7, -54, 11..... apresentam uma sequência lógica. Nessas condições, a soma dos dois próximos termos desta sequência é:

- a) 69
- b) -69
- c) 147
- d) -147

e) 175

14. Se o valor lógico de uma proposição p é falso e o valor lógico de uma proposição q é verdade, então é correto afirmar que o valor lógico de:

- a) p conjunção q é verdade.
- b) p disjunção q é falso.
- c) o condicional entre p e q, nesta ordem, é falso.
- d) o bicondicional entre p e q tem valor lógico verdadeiro.
- e) a negação do condicional entre q e p, nesta ordem, é verdadeiro.

15. Uma conclusão válida para o argumento: "Se estudei no Estratégia, vou competir por uma vaga no concurso. Se vou tirar uma nota ruim, então não vou competir por uma vaga no concurso", é:

- a) Se estudei no Estratégia, não vou tirar uma nota ruim.
- b) Estudei no Estratégia e vou tirar uma nota ruim.
- c) Se vou competir por uma vaga no concurso, vou tirar uma nota ruim.
- d) Ou estudei no Estratégia ou vou tirar uma nota ruim.
- e) Se vou competir por uma vaga no concurso, então estudei no Estratégia.

16. A negação da frase "Se Arthur é professor de Raciocínio Lógico, então Ricardo Vale é professor de Direito Constitucional ou Ricardo Torques não é professor de Processo Civil" é:

- a) Arthur é professor de Raciocínio Lógico, e Ricardo Vale não é professor de Direito Constitucional e Ricardo Torques é professor de Processo Civil
- b) Se Arthur não é professor de Raciocínio Lógico, então Ricardo Vale não é professor de Direito Constitucional e Ricardo Torques é professor de Processo Civil.
- c) Se Ricardo Vale não é professor de Direito Constitucional e Ricardo Torques é professor de Processo Civil, então Arthur não é professor de Raciocínio Lógico.

d) Arthur não é professor de Raciocínio Lógico, e Ricardo Vale é professor de Direito Constitucional ou Ricardo Torques é professor de Processo Civil

e) Arthur não é professor de Raciocínio Lógico, ou Ricardo Vale é professor de Direito Constitucional ou Ricardo Torques não é professor de Processo Civil.

17. O total de múltiplos de 11 compreendidos entre 100 e 1500 é igual a:

- a) 83
- b) 94
- c) 115
- d) 127
- e) 152

Normas Aplicáveis Aos Servidores Públicos
Prof. Tiago Zanolla

18. Posse é o ato expresso de aceitação das atribuições, dos deveres e das responsabilidades do cargo formalizado com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente.

Segundo o Estatuto dos servidores públicos do estado de Pernambuco – Lei 6.123/1968, não haverá posse na hipótese de

- a) Nomeação
- b) Reversão
- c) Aproveitamento
- d) Promoção
- e) Transferência

19. Assinale a alternativa correta, considerando as disposições da Lei n.º 6.123/1968, acerca da posse e do exercício.

- a) A posse terá lugar em 30 dias após a ciência do interessado.
- b) A requerimento do interessado o prazo poderá ser prorrogado, por justa causa, por mais 180 (cento e oitenta) dias.
- c) O decurso do prazo para a posse, sem que esta se realize, importa em não aceitação do provimento e em renúncia ao direito de nomeação decorrente do concurso, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

d) Em quaisquer hipóteses, o funcionário que não entrar em exercício, no prazo legal, perderá o cargo.

e) Considerando o prazo regular e as prorrogações leais, entre a nomeação e o exercício, poderá ocorrer o interstício de 210 dias.

20. Com base na Lei n.º 6.123/1968, assinale a opção correta.

a) Aproveitamento é o reingresso no serviço Público do funcionário aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

b) Reversão é o retorno do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo público.

c) Reintegração é o reingresso do funcionário no serviço público, sem ressarcimento dos vencimentos e vantagens do cargo, que decorrerá de decisão administrativa ou judiciária por ilegalidades em seu desligamento.

d) Promoção é a elevação do servidor de um cargo para o outro dentro da mesma classe.

e) Transferência é a readaptação para cargo mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual, atendida a conveniência do serviço

21. Nos termo da Lei n.º 6.123,/68, assinale a opção correta:

a) Quando a falta funcional não se revele evidente ou quando for incerta a autoria será instaurado inquérito administrativo.

b) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não deve exceder 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

c) A sindicância será procedida por dois funcionários designados mediante despacho da autoridade que determinar a sua instauração, devendo ser concluída no prazo de trinta dias.

d) Da sindicância poderá resultar a aplicação da penalidade de repreensão ou de suspensão por até 30 (trinta) dias.

e) Se, nos prazos estabelecidos não for concluído o inquérito, considerar-se-á automaticamente prorrogado o prazo para finalização.

Noções de Sustentabilidade
Prof. Rosenval Júnior

22. "O _____ deverá publicar _____, por intermédio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, fomentado por informações consolidadas nos relatórios de acompanhamento do PLS-PJ de todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário."

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as lacunas:

a) CNJ / anualmente

b) STJ / anualmente

c) CNJ / semestralmente

d) STJ / semestralmente

e) CNJ / mensalmente

23. Não é um princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS):

a) pagador-poluidor.

b) precaução.

c) prevenção.

d) protetor-recebedor.

e) desenvolvimento sustentável.

Noções Sobre Direitos Da Pessoa Com Deficiência
Prof. Ricardo Torques

24. As barreiras são definidas pela Lei nº 13.146/2015 como "qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança". A partir desse conceito temos várias classificações de barreiras.

A partir do exposto, assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas abaixo.

1 - barreiras _____: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

2 - barreiras ____: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

3 - barreiras ____: as existentes nos edifícios públicos e privados;

- a) arquitetônicas, atitudinais e urbanísticas
- b) urbanísticas, comportamentais e construtivas
- c) urbanísticas, atitudinais e arquitetônicas
- d) nos transportes, atitudinais e arquitetônicas
- e) urbanísticas, de participação e edificações

25. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, exceto:

- a) disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- b) proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- c) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- d) isenção de imposto de renda.
- e) tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

Conhecimentos Específicos

Noções de Direito Administrativo Prof. Herbert Almeida

26. A expressão "empresas estatais" não possui um significado preciso, uma vez que a doutrina diverge em seu sentido. Contudo, é bastante comum utilizá-la para abranger as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, ou ainda qualquer entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, cuja maioria do capital votante pertença a uma entidade política. Sobre esse assunto, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A empresa pública pode ser organizada sob qualquer forma jurídica admitida em direito, inclusive como sociedade anônima.

II. O capital social da empresa pública é totalmente público, motivo pelo qual não se admite a participação de sociedade de economia mista na composição do seu capital.

III. Uma diferença importante entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista trata da finalidade dessas entidades, pois a primeira é constituída para a prestação de serviços públicos e a segunda apenas para exploração de atividade econômica.

- a) I e II, apenas
- b) I, II e III
- c) I, apenas.
- d) II e III, apenas
- e) I e III, apenas

27. Júlia, servidora pública de órgão encarregado da fiscalização do cumprimento das normas de trânsito avistou Mauro dirigindo o seu veículo enquanto usava o celular. Júlia não determinou que Mauro parasse o carro, mas simplesmente lavrou o auto de infração e encaminhou para o departamento competente. Alguns dias depois, Mauro recebeu a notificação para se defender, sob pena de conversão do auto de infração em multa. Em sua defesa, Mauro alegou que não fez nada de errado e que a servidora não provou que ele utilizava o celular enquanto dirigia. Porém, a defesa de Mauro foi indeferida, sob alegação de que ele é quem deveria provar que não usava o celular. A decisão da autoridade competente estava fundamentada no seguinte atributo dos atos administrativos:

- a) autoexecutoriedade
- b) executoriedade
- c) presunção de legitimidade e de veracidade
- d) tipicidade
- e) competência

28. Indique a alternativa que corresponde, respectivamente, ao poder de polícia originário e ao poder de polícia delegado:

- a) fiscalização de atividade profissional exercida por conselho de fiscalização de profissão e aplicação de sanção à concessionária no âmbito do contrato de delegação de serviços públicos.

b) sancionamento de servidor público do Tribunal de Justiça e delegação de serviços públicos.

c) concessão de alvará de funcionamento pela prefeitura municipal e contratação de terceiros para realização serviço de limpeza e segurança.

d) fiscalização das normas de trânsito por órgão de uma secretaria estadual e concessão de licença ambiental por autarquia estadual.

e) criação de empresa pública e contratação de concessionária de serviço público.

29. Marque a alternativa INCORRETA sobre as compras no âmbito da administração pública:

a) sempre que possível, as compras deverão ser processadas através de sistema de registro de preços.

b) o prazo de validade do sistema de registro de preços será de até um ano, prorrogável, em situações excepcionais, por igual período.

c) qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

d) as compras devem submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

e) as compras deverão ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.

30. A realização da licitação é a regra, mas que admite exceções, previstas na própria legislação, nas quais o poder público poderá, ou deverá, realizar a contratação diretamente. Indique a alternativa que constitui hipótese de inexigibilidade de licitação:

a) na contratação de serviços técnicos de publicidade e divulgação, de natureza singular, com empresa de notória especialização.

b) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

c) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

d) na contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.

e) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

31. O controle judicial é aquele que se exerce mediante instrumentos judiciais, pelos quais o Poder Judiciário poderá anular os atos ilícitos praticados pelos agentes públicos. Marque a alternativa que não constitui exemplo de controle judicial:

a) julgamento das contas anuais dos administradores públicos

b) ação popular

c) mandado de segurança

d) ação civil pública

e) ação de improbidade administrativa

32. Em regra, a responsabilidade civil do Estado limita-se ao exercício da função administrativa. No entanto, existem situações excepcionais, nas quais o Estado responderá civilmente por atos legislativos ou jurisdicionais. Indique a alternativa que constitui hipótese de responsabilidade civil do Estado por ato legislativo ou jurisdicionais:

a) atuação com dolo ou fraude de juiz, no exercício de suas funções.

b) aplicação de prisão temporária, posteriormente revogada, quando presentes os pressupostos legais para aplicação dessa medida, ainda que o réu seja absolvido ao final do processo.

c) elaboração de projeto de lei considerado inconstitucional, que foi vetado pelo chefe do Poder Executivo antes de sua promulgação.

d) aplicação de pena de perda da função pública, em primeira instância, posteriormente revogada em decisão judicial do órgão colegiado competente.

e) majoração de impostos, por lei, que cause prejuízos a um empresário de determinado setor comercial.

33. Representa exemplo de exceção ao princípio da legalidade:

- a) emenda constitucional
- b) medida provisória
- c) decreto regulamentar
- d) instrução normativa
- e) autoexecutoriedade dos atos administrativos

Noções de Direito Constitucional
Prof. Ricardo Vale e Nádia Carolina**34. Assinale a alternativa correta sobre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil:**

- a) São fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a autodeterminação dos povos.
- b) A forma de governo adotada pelo Brasil é o presidencialismo, no qual o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Governo e Chefe de Estado.
- c) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, por meio do plebiscito, referendo ou iniciativa popular de leis.
- d) São poderes da União, Estados e Municípios, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- e) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Sul.

35. Assinale a alternativa correta sobre os direitos e garantias individuais:

- a) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, ressalvadas as hipóteses de censura ou licença, na forma da lei.
- b) É livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- c) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, excluída a indenização por dano material, moral ou à imagem.
- d) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

e) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e ulterior indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

36. Assinale a alternativa correta sobre os remédios constitucionais:

- a) O mandado de injunção será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- b) O *habeas corpus*, remédio constitucional destinado a proteger a liberdade de locomoção, não pode ser impetrado por pessoa jurídica.
- c) O *habeas corpus* pode ser impetrado com o objetivo de assegurar o exercício do direito de reunião.
- d) As associações legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos 6 meses têm legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo.
- e) Ação popular contra ato do Presidente da República deverá ser proposta perante o STF.

37. Sobre a Organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, todos autônomos, nos termos da Constituição.
- b) O Distrito Federal é a capital federal.
- c) Nos Territórios, o Poder Legislativo é exercido pela Câmara Territorial. Em virtude disso, os Territórios não irão eleger Deputados Federais e Senadores.
- d) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- e) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o

planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

38. Sobre os aspectos constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

c) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

d) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

e) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

39. Assinale a alternativa correta sobre o Poder Judiciário:

a) O ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

b) É vedado ao juiz exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

c) A vitaliciedade, no primeiro grau, é atingida após 3 (três) anos de efetivo exercício.

d) Os juízes podem dedicar-se à atividade político-partidária, desde que se afastem do cargo até 6 meses antes do pleito eleitoral.

e) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes.

40. Assinale a alternativa correta sobre as atribuições do Presidente da República:

a) O Presidente da República poderá, mediante decreto autônomo, dispor sobre a extinção de cargos públicos ocupados.

b) O Presidente da República poderá delegar aos Ministros de Estado a competência para vetar projetos de lei, total ou parcialmente.

c) O Presidente da República deverá prestar, anualmente, ao Tribunal de Contas da União (TCU), dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

d) É competência do Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, independentemente de qualquer manifestação do Congresso Nacional.

e) É competência privativa do Presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

41. Sobre as prerrogativas de Deputados e Senadores, assinale a alternativa correta:

a) Não subsiste a imunidade material de Deputados e Senadores em depoimento prestado a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

b) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade.

c) A Câmara dos Deputados poderá, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria absoluta de seus membros, sustar o andamento de ação penal contra

Deputado Federal, por crime cometido antes da diplomação.

d) A Câmara dos Deputados poderá, por maioria absoluta de seus membros, em votação aberta, decidir pela perda do mandato de Deputado Federal que violar o decoro parlamentar.

e) Desde a posse, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante delito de crime inafiançável.

42. Assinale a alternativa correta sobre as funções essenciais à justiça:

a) São garantias institucionais dos Defensores Públicos a vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.

b) A organização do Ministério Público da União será objeto de lei ordinária, de iniciativa exclusiva do Procurador-Geral da República.

c) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

d) O Advogado-Geral da União é nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após aprovação por maioria absoluta do Senado Federal.

e) A Defensoria Pública tem competência para representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Noções de Administração Pública
Prof. Herbert Almeida

43. A _____ é entidade administrativa de direito público, criada por lei para fiscalizar e controlar a qualidade da prestação de serviços públicos prestados pela iniciativa privada, ou excepcionalmente para exercer o poder de polícia, caracterizando-se pela maior autonomia em relação ao ente instituir, em virtude do _____ de seus membros.

a) empresa pública e eletividade

b) agência executiva e livre exoneração

c) agência reguladora e livre exoneração

d) agência executiva e mandato fixo

e) agência reguladora e mandato fixo.

44. Em virtude do princípio da publicidade, constitui instrumento de eficácia dos editais de licitação a publicação dos avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, cuja publicação deverá ocorrer nos seguintes prazos mínimos até o recebimento das propostas ou realização do evento:

a) 45 dias no concurso e 15 dias para qualquer licitação na tomada de preços

b) 30 dias na concorrência quando o tipo de licitação for "melhor técnica" e 8 dias corridos para o pregão

c) 45 dias na concorrência, em qualquer caso, e 15 dias na tomada de preços

d) 30 dias na tomada de preços quando o tipo de licitação for "técnica e preço" e 15 dias no leilão

e) 15 dias no pregão presencial e 8 dias úteis no pregão eletrônico

45. O pregão é uma modalidade de licitação mais moderna e célere, que permite ainda a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração, uma vez que possui uma fase para apresentação de lances sucessivos. Ademais, principalmente quando realizado na forma eletrônica, o pregão permite a ampla participação dos licitantes, atendendo, entre outros, aos princípios da isonomia e da competitividade. Nesse contexto, não se admite no pregão, exceto:

a) pagamento de taxas e emolumentos superiores aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso

b) aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame

c) pagamento de taxas e emolumentos superiores ao custo de sua reprodução gráfica

d) documentação de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta

e) garantia de proposta

46. João era parte interessada em processo administrativo em tramitação no Poder Público. Dessa forma, a autoridade competente determinou a notificação de João para que se manifestasse sobre determinadas questões levantadas por outra parte interessada. Sobre esse assunto, considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999, marque a alternativa correta:

- a) caso não se observe o prazo mínimo para a intimação, não será declarada a sua nulidade se João comparecer na data e hora marcada para se pronunciar
- b) a intimação somente pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento ou por telegrama
- c) o desatendimento da intimação importa o reconhecimento da verdade dos fatos ou a renúncia a direito pelo administrado
- d) no caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada pessoalmente ou pela afixação do documento no mural de avisos do órgão
- e) a intimação observará a antecedência mínima de dois dias úteis quanto à data de comparecimento

47. Em regra, a vigência dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993 ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários. Porém, a própria Lei prevê exceções, permitindo-se, portanto, a prorrogação dos contratos. Sobre esse assunto, analise os itens a seguir:

- I.** quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, situação em que os contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração
- II.** projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração, mesmo que isso não tenha sido previsto no ato convocatório, em virtude das cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos
- III.** aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração

estender-se pelo prazo de até 60 (sessenta) meses após o início da vigência do contrato

IV. prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, constitui hipótese de prorrogação contratual, estando em consonância com as disposições legais, o que se encontra em:

- a) I e II, apenas
- b) I, III e IV, apenas
- c) I e IV, apenas
- d) II e III, apenas
- e) II e IV, apenas

Noções de Administração Pública
Prof. Carlos Xavier

48. Sobre gestão por competências:

- a) Competências podem ser definidas como o conjunto estático de conhecimentos, habilidades e atitudes possuídas pelos indivíduos para mobilizar recursos e entregar resultados.
- b) Conhecimentos constituem o saber do indivíduo e podem ser aprendidos com base em programas de capacitação.
- c) Habilidades constituem a atitude profissional, sua capacidade de colocar em prática o conhecimento.
- d) Um importante conceito na gestão por competências é o de entrega, sendo equivalente aos conhecimentos, habilidades e atitudes dos funcionários.
- e) A organização deve investir em recrutamento de profissionais com as competências requeridas, já que não é possível desenvolver competências em indivíduos que não as possuem previamente.

49. Sobre gestão por competências:

- a)** Competências essenciais são atividades esperadas de cada unidade de negócios da organização.
- b)** competências de suporte são aqueles que apoiam outras competências da organização.
- c)** Capacidade dinâmicas constituem as atividades mais elevadas da organização, no nível corporativo, que são chave para a sobrevivência da empresa.
- d)** Competências essenciais constituem a capacidade de uma empresa adaptar suas competências no tempo.
- e)** Competências distintivas equivalem às atividades de apoio em cada área distinta.

50. Sobre a administração pública no Brasil e suas tendências recentes, marque a alternativa correta:

- a)** A centralização de decisões é cada vez mais o tom da administração pública, uma vez que permite maior coerência entre as diferentes áreas.
- b)** Os elevados custos da prestação de serviço público implicam numa tendência à racionalização da ação estatal e redução de sua atuação direta na economia.
- c)** A administração pública burocrática, por ser movimento racional de estruturação da máquina pública, é o modelo ideal para uso nas organizações estatais na atualidade.
- d)** A gestão de pessoas por competências, ferramenta típica do setor privado, não pode ser utilizada no setor público por ausência de lei que a regule.
- e)** O profissionalismo na administração pública, típico do modelo burocrático, foi abandonado recentemente em prol de um modelo mais flexível: o gerencial.

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

CARTÃO DE RESPOSTAS

INSTRUÇÕES

- Verifique o seu nome, o número da sua inscrição e os demais dados impressos neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Escreva o seu nome e assine nos locais apropriados somente quando autorizado pelo aplicador da prova, no momento da identificação.
- Marque as resposta neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**, no campo correspondente a cada questão.
- O **CARTÃO DE RESPOSTAS** é o único documento que será utilizado para a correção da sua prova objetiva. Não amasse, não dobre, nem rasure o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**. As marcações no **CARTÃO DE RESPOSTAS** só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e (ou) borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição deste **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro de preenchimento do candidato.
- Não é permitida marca identificadora nesta parte do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- Após o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS** passe as respostas para o formulário **ONLINE** para participar do ranking geral do Simulado Gratuito TJ-PE até às 13h30.
- O formulário pode ser acessado no blog do **Estratégia Concursos**.

FOLHA DE RESPOSTAS

QUESTÃO / RESPOSTA					
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E

QUESTÃO / RESPOSTA					
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E

QUESTÃO / RESPOSTA					
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E

QUESTÃO / RESPOSTA					
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E